



CÂMARA MUNICIPAL DE MORTÁGUA

ATA Nº. 21/2015

-----ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DESTA CÂMARA MUNICIPAL REALIZADA EM DEZASSEIS DE SETEMBRO DO ANO DE DOIS MIL E QUINZE:-----

-----Aos dezasseis dias do mês de setembro do ano de dois mil e quinze, pelas quinze horas, nesta Vila de Mortágua e no Salão Nobre do Edifício dos Paços do Município, reuniu o Executivo deste Órgão, conforme o disposto no artigo 40º. da Lei número 75/2013, de doze de setembro, em reunião ordinária sob a presidência do Eng.º José Júlio Henriques Norte, Presidente da Câmara Municipal de Mortágua, eleito pelo PPD/PSD e com a presença dos Senhores Vereadores:-----

-----Eleitos pelo PPD/PSD: Dr. Paulo Alexandre de Oliveira, Dr.ª Emília Maria Almeida Santos Neves de Matos e Eng.º. Serafim Paulo Melo de Oliveira. -----

-----Eleitos pelo PS: Dr. João Pedro de Almeida e Sousa Rodrigues da Fonseca Dr. Acácio Fonseca Fernandes, Dr. Acácio Fonseca Fernandes e Dr.ª Márcia Maria dos Santos Lopes.-----

-----A presente reunião foi, conforme despacho nº. 3/2013, de 25 outubro, secretariada pelo Chefe de Divisão de Administração Geral e Finanças, Dr. Ricardo Sérgio Pardal Marques.-----

-----Depois de declarada pelo Senhor Presidente aberta a reunião, foram tomadas as seguintes deliberações:-----

1.-APROVAÇÃO DA ATA DA REUNIÃO ANTERIOR:-----

-----Tendo sido previamente distribuído por todos os membros de executivo o texto da ata da reunião ordinária realizada a dois de setembro de 2015, aprovada por unanimidade em minuta e dispensada a sua leitura, a Câmara deliberou por unanimidade aprová-la.-----

2.-INFORMAÇÃO DO PRESIDENTE:-----

-----O Senhor Presidente, nos termos do artº. 34.º da Lei nº. 75/2013, de 12 de setembro, deu conhecimento das decisões tomadas no uso das competências que lhe foram delegadas e das subdelegadas nos Vereadores.-----



CÂMARA MUNICIPAL DE MORTÁGUA

-----Mais informou que foi publicado no Diário da República a seguinte legislação:-----

-----Lei nº. 106/2015, de 25 de agosto – Primeira alteração à Lei nº. 33/98, de 18 de julho, integrando a violência doméstica e a sinistralidade no âmbito dos objetivos e competências dos conselhos municipais de segurança.-----

-----Lei nº. 120/2015, de 1 de setembro – Procede à nona alteração ao Código do Trabalho aprovado pela Lei nº. 7/2009, de 12 de fevereiro, reforçando os direitos de maternidade e paternidade, à terceira alteração ao Decreto-Lei nº. 91/2009, de 9 de abril, e à segunda alteração ao Decreto-Lei nº. 89/2009, de 9 de abril.-----

-----Lei nº. 127/2015, de 3 de setembro – Décima alteração 5/2004 de 10 de fevereiro (Lei das Comunicações Eletrónicas).-----

-----Lei nº.128/2015, de 3 de setembro – Sexta alteração à Lei nº. 2/2004, de 15 de janeiro, que aprova o estatuto do pessoal dirigente dos serviços e organismos da administração central, regional e local do Estado, e primeira alteração à Lei nº. 64/2011, de 22 de dezembro, que modifica os procedimentos de recrutamento, seleção e provimento nos cargos de direção superior da Administração Pública.-----

-----Lei nº. 132/2015, de 4 de setembro – Terceira alteração à Lei nº. 73/2015, de 3 de setembro, que estabelece o regime financeiro das autarquias locais e das entidades intermunicipais.-----

-----Lei nº. 150/2015, de 10 de setembro – Altera o Código Civil aprovado pelo Decreto-Lei nº. 47 344, de 25 de novembro de 1966, e procede à primeira alteração à Lei – Quadro das Fundações, aprovada pela Lei nº. 24/2012, de 9 de julho.-----

-----Portaria nº. 277/2015, de 10 de setembro – Regula a constituição, a composição e o funcionamento das comissões consultivas da elaboração e da revisão do Plano Diretor Intermunicipal (PDIM) e do Plano Diretor Municipal (PDM), nos termos do regime jurídico dos instrumentos de gestão territorial aprovado pelo Decreto-Lei nº.80/2015, de 14 maio



CÂMARA MUNICIPAL DE MORTÁGUA

(RJGT) e revoga a Portaria nº. 1472/2007, de 16 de novembro.-----

-----Lei nº. 151/2015, de 11 de setembro – Lei de Enquadramento Orçamental.-----

-----Decreto-Lei nº. 191/2015, de 11 de setembro – Aprova o Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas.-----

-----Portaria nº.278/2015, de 11 de setembro – Regula o montante da taxa de gestão de resíduos (TGR) a afetar aos municípios e estabelece as regras para a sua liquidação e repercussão.-----

-----A Câmara tomou conhecimento.-----

3.-RESUMO DIÁRIO DA TESOUREARIA:-----

-----Pelo Senhor Presidente foi presente para conhecimento o Resumo Diário da Tesouraria n.º154, referente ao dia 15 de setembro corrente, que depois de rubricado se dá aqui por integralmente reproduzido, ficando arquivado na tesouraria em pasta própria.-----

-----A Câmara tomou conhecimento.-----

4.-EXPEDIENTE:-----

4.1.-DIREÇÃO GERAL DE ENERGIA E GEOLOGIA:-----

-----Pelo Senhor Presidente foi presente o ofício referência 6534, de 4 de setembro, da Direção Geral de Energia e Geologia, informando que foi feita a publicação no Diário da República, 2ª. Série nº. 172/2015, de 3 de setembro, do pedido de concessão de exploração de concessão de exploração de depósitos minerais de feldspato, quartzo e caulino, no concelho de Mortágua, requerido pela Motamineral – Minerais Industriais, S.A. Procº. MN/PC/12/95 “Portela da Várzea”, podendo os interessados apresentar reclamações, por escrito, com o devido fundamento, no prazo de trinta (30) dias a contar da data daquela publicação.-----

-----A Câmara tomou conhecimento e deliberou por unanimidade remeter o processo para os serviços técnicos para emissão de parecer.-----



CÂMARA MUNICIPAL DE MORTÁGUA

4.2.-ASSOCIAÇÃO DE JARDINS –ESCOLAS JOÃO DE DEUS:-----

-----Pelo Senhor Presidente foi presente o ofício referência 259 P.09, de 27 de agosto findo, da Associação de Jardins – Escolas João de Deus através do qual envia o Relatório de Atividades e Contas de Gerência do ano de 2014 daquela Instituição.-----

-----A Câmara tomou conhecimento.-----

5.-EDUCAÇÃO E JUVENTUDE:-----

5.1.-EDUCAÇÃO:-----

5.1.1.-Atividades de Enriquecimento Curricular 2015/2016 – Candidatura ao apoio:-----

-----Pelo Senhor Presidente foi presente a candidatura efetuada à DGESTE – Direção de Serviços da Região Centro em parceria com o Agrupamento de Escolas de Mortágua, conforme Protocolo celebrado, ao financiamento do programa de atividades de enriquecimento curricular no 1º. ciclo do ensino básico público na área do Município de Mortágua, que irá contemplar todos os alunos com Expressão Musical e Atividade Física e Desportiva e o Ensino do Inglês os alunos do 1º, 2º. e 4º. anos, dada a obrigatoriedade da inclusão curricular da disciplina de Inglês no 3º. ano extensiva no ano letivo de 2016/2017 ao 4º.ano.-----

-----Também foi presente o ofício referência 13400/2015, de 2015/09/09, da DGESTE – Direção de Serviços da Região Centro, a informar que a Candidatura de Apoio Financeiro às Atividades de Enriquecimento Curricular 2015/2016 reúne as condições de admissibilidade exigidas, nos termos da Portaria nº. 644-A/2015, de 24 de agosto.-----

-----Devendo o Município desenvolver todos os procedimentos necessários ao arranque das AEC, concomitante com o arranque do ano letivo.-----

-----A Câmara por unanimidade ratificou a candidatura.-----

5.1.2.-Rede Escolar – Constituição de turmas da Educação Pré-Escolar:-----

-----Pelo Senhor Presidente foi presente o ofício referência 13247/2015, datado de 2015/09/03, DGESTE – Direção de Serviços da Região Centro, acusando a receção da



CÂMARA MUNICIPAL DE MORTÁGUA

exposição efetuada pela Câmara através do ofício referência 2086/2015, de 12/08/2015, sobre a Rede Escolar – Constituição de turmas da Educação Pré-Escolar, tendo sido merecedora da melhor atenção.-----

-----Assim, no seguimento da respetiva análise consequente reapreciação à constituição das turmas (seis) da educação pré-escolar validadas pela Escola Básica de Mortágua, informam que as mesmas respeitam o determinado pelo Despacho Normativo n.º.7-B/2015, de 7 de maio.-----

-----Por aquela razão, estando constituídas ao abrigo do n.º. 1 do artigo 18.º. do diploma acima referido (em conformidade), não há lugar à alteração do número de turmas validadas, para o ano de 2015/2016, por falta de enquadramento legal.-----

-----A Câmara tomou conhecimento.-----

5.2.-SERVIÇOS DE APOIO FAMÍLIA E AÇÃO SOCIAL ESCOLAR (ASE):-----

5.2.1.-Protocolo a celebrar com a Santa Casa da Misericórdia de Mortágua para a execução dos Serviços de Apoio à Família no Ensino Pré-Escolar (Fornecimento de Refeições e Prolongamento de Horário) e pedido de autorização prévia à Assembleia Municipal de compromisso plurianual:-----

-----No seguimento da deliberação tomada na reunião de Câmara de 19/8/2015 pelo Senhor Presidente foi presente o Protocolo de Cooperação a celebrar com a Santa Casa de Mortágua e que tem como objetivo execução dos serviços de apoio à família (prolongamento de horário e fornecimento de refeições) das cento e trinta e uma (131) crianças que frequentam o Ensino Pré-Escolar, que se desenvolvem nas instalações do Centro Educativo.-----

-----A Câmara irá:-----

-----Comparticipar no custo das atividades de apoio à família, transferindo o mesmo valor do Acordo celebrado entre os Ministérios da Educação e da Solidariedade e da Segurança Social e o Município de trinta euros e noventa e nove cêntimos (30,99 €), por criança e por mês,



CÂMARA MUNICIPAL DE MORTÁGUA

pelos serviços da Componente de Prolongamento de Horário das cento e trinta e uma (131) crianças inscritas no Ensino Pré-Primário.-----

-----Comparticipar em um euro e noventa centimos (1,90€), por refeição das cento e trinta e uma (131) crianças inscritas no Ensino Pré-Primário, podendo este número sofrer alteração;---

-----O encargo referido envolve despesa em anos económicos diferentes que ficará condicionada à autorização prévia favorável de assunção de compromissos plurianuais da Assembleia Municipal.-----

-----Tendo por base o número total de crianças inscritos a despesa estima-se em quarenta mil quinhentos e noventa e seis mil e oitenta e nove centimos (40.596,89 €) para o prolongamento de horário e quarenta e seis mil quinhentos e quarenta e quatro euros e trinta centimos (46.544,30 €) para o fornecimento de refeição podendo haver oscilação para menos uma vez que despesa a pagar é a resultante da frequência efetiva diária das crianças nos serviços de apoio à família (Prolongamento de horário e fornecimento de refeição) durante os cento e noventa e quatro (194) dias de atividade letiva, repartindo-se os encargos do seguinte modo:--

-----a) Prolongamento de Horário: Ano de 2015 – catorze mil duzentos e oito euros e noventa e um centimos (14.208,91 €); Ano de 2016 – vinte e seis mil trezentos e oitenta e sete euros e noventa e oito centimos (26.387,98€).-----

-----b) Fornecimento de refeição: Ano de 2015 – dezasseis mil seiscentos e setenta e seis euros e trinta centimos (16.676,30 €); Ano de 2016 – vinte e nove mil oitocentos e sessenta e oito euros (29.868,00 €).-----

-----Por informação da contabilidade a presente despesa foi objeto de cabimento no orçamento municipal sob os números 12003 e 11999 do corrente ano e lançado o compromisso sob os números 12633/2015 e 12630/2015, estando inscrito no orçamento o compromisso a assumir para o próximo ano.-----

-----Assim, o Senhor Presidente propôs que a Câmara delibere aprovar a presente minuta de



CÂMARA MUNICIPAL DE MORTÁGUA

Protocolo e submete-la à apreciação da sessão ordinária de setembro da Assembleia Municipal para aprovação e autorização prévia favorável de assunção de compromissos plurianuais, conforme dispõe alínea c) do número 1 do artigo 6º. da Lei nº. 8/2012.-----

-----A Câmara depois de apreciado o assunto, deliberou, por unanimidade, aprovar o Protocolo submetê-lo à apreciação da sessão ordinária de setembro da Assembleia Municipal para aprovação e autorização prévia favorável de assunção de compromissos plurianuais.-----

5.2.2.-Protocolo a celebrar com a Santa Casa da Misericórdia de Mortágua para a execução do Fornecimento de Refeição ao 1º. CEB e pedido de autorização prévia à Assembleia Municipal de compromisso plurianual:-----

-----No seguimento da deliberação tomada na reunião de Câmara de 19/8/2015 pelo Senhor Presidente foi presente o Protocolo de Cooperação a celebrar com a Santa Casa de Mortágua e que tem como objetivo o fornecimento de refeições às duzentas e quarenta e três (243) crianças que frequentam o 1º.CEB, nas instalações do Centro Educativo.-----

-----A Câmara irá:-----

-----Comparticipar em um euro e noventa centimos (1,90€) por refeição das duzentas e quarenta e três (243) crianças matriculadas no 1º. CEB, podendo este número sofrer alteração;-----

-----O encargo referido envolve despesa em anos económicos diferentes que ficará condicionada à autorização prévia favorável de assunção de compromissos plurianuais da Assembleia Municipal.-----

-----Tendo por base o número total de crianças inscritos a despesa estima-se em setenta e sete mil cento e três euros e noventa centimos (77.103,90 €), podendo haver oscilação para menos uma vez que despesa a pagar é a resultante das refeições efetivamente servidas diariamente às crianças durante os cento e sessenta e sete (167) dias de atividade letiva, repartindo-se os encargos do seguinte modo: Ano de 2015 – trinta mil novecentos e trinta e três euros e



CÂMARA MUNICIPAL DE MORTÁGUA

noventa cêntimos (30.933,90 €) ; Ano de 2016 – quarenta e seis mil cento e setenta euros (46.170,00 €).-----

-----Por informação da contabilidade a presente despesa foi objeto de cabimento no orçamento municipal sob o número 11999 do corrente ano e lançado o compromisso sob o número 12629/2015, estando inscrito no orçamento o compromisso a assumir para o próximo ano.-----

-----Assim, o Senhor Presidente propôs que a Câmara delibere aprovar a presente minuta de Protocolo e submete-la à apreciação da sessão ordinária de Setembro da Assembleia Municipal para aprovação e autorização prévia favorável de assunção de compromissos plurianuais, conforme dispõe alínea c), do número 1, do artigo 6º. da Lei número 8/2012.-----

-----A Câmara depois de apreciado o assunto, deliberou, por unanimidade, aprovar a Minuta de Protocolo submetê-la à apreciação da sessão ordinária de Setembro da Assembleia Municipal para aprovação e autorização prévia favorável de assunção de compromissos plurianual.-----

5.3.-TRANSPORTES ESCOLARES:-----

5.3.1.-Protocolo a celebrar com a Santa Casa da Misericórdia de Mortágua para o Transporte de alunos pedido de autorização prévia à Assembleia Municipal de compromisso plurianual:-----

-----No seguimento da deliberação tomada na reunião de Câmara de 19/08/2015 pelo Senhor Presidente foi presente o Protocolo de Cooperação a celebrar entre o Município e a Santa Casa da Misericórdia de Mortágua e que tem por objeto a prestação por parte da Santa Casa da Misericórdia de Mortágua, de serviços de transporte para o Centro Educativo de Mortágua de quarenta e três (43) crianças, de várias povoações das Freguesias de Espinho, Marmeleira, Pala e Sobral, que frequentam o Ensino Pré – Primário e o 1º. Ciclo do Ensino Básico e Ensino Secundário no ano letivo de 2015/2016.-----

-----Considerando que durante os cento e noventa (190) dias de calendário letivo são



CÂMARA MUNICIPAL DE MORTÁGUA

efetuados cento e quarenta e sete (147) quilómetros, por dia, totalizando vinte e sete mil novecentos e trinta (27.930) quilómetros, por ano, o Município irá comparticipar os custos do transporte com oitenta cêntimos (0,80€) por quilómetro o que perfaz o montante de vinte e dois mil trezentos e quarenta e quatro euros (22.344,00 €), a transferir em dez mensalidades.---

-----O encargo acima referido envolve despesa em anos económicos diferentes de acordo com a seguinte repartição, que ficará condicionada à autorização prévia favorável de assunção de compromissos plurianuais da Assembleia Municipal: Ano de 2015 – oito mil duzentos e trinta e dois euros (8.232,00 €); Ano de 2016 – catorze mil cento e doze euros (14.112,00 €).-----

-----Por informação da contabilidade a presente despesa foi objeto de cabimento no orçamento municipal sob o n.º 12001 do corrente ano e lançado o compromisso sob o nº. 12631/2015 estando inscrito no orçamento o compromisso a assumir para o próximo ano.-----

-----Assim, o Senhor Presidente propôs que a Câmara delibere aprovar a presente minuta de Protocolo e submete-la à apreciação da sessão ordinária de setembro da Assembleia Municipal para aprovação e autorização prévia favorável de assunção de compromissos plurianuais, conforme dispõe alínea c), do número 1, do artigo 6º. da Lei nº. 8/2012.-----

-----A Câmara depois de apreciado o assunto, deliberou, por unanimidade, aprovar o Protocolo submete-la à apreciação da sessão ordinária de setembro da Assembleia Municipal para aprovação e autorização prévia favorável de assunção de compromissos plurianuais.-----

5.4.-JUVENTUDE:-----

5.4.1.-Apoio Natalidade e Famílias – Ratificação de processos:-----

-----Para efeitos de conhecimento e ratificação pelo Senhor Presidente foram presentes os processos de candidatura números 31 e 33/2015 para atribuição do Incentivo à Natalidade e Apoio às Famílias no Concelho de Mortágua que entrou nos serviços e que deferiu nos termos do número 1 do artigo 6º. do Regulamento de Incentivo à Natalidade e Apoio às Famílias no Concelho de Mortágua.-----



CÂMARA MUNICIPAL DE MORTÁGUA

-----A Câmara por unanimidade ratificou a decisão tomada pelo Senhor Presidente.-----

6.-CULTURA DESPORTO E TEMPOS LIVRES:-----

6.1.-ASSOCIATIVISMO - Regulamento Municipal Atribuição de Apoios a Entidades Terceiras:-----

6.1.1.-Sporting Clube de Vale de Ações – Apoio atividade desportiva Regular:-----

-----Pelo Senhor Presidente foi presente a carta, sem data, e recebida a 2 de setembro corrente, do Sporting Clube de Vale de Ações dando conhecimento do início das suas atividades desportivas referentes época de 2015/2016 no passado mês de agosto, solicitando a atribuição do subsídio anual para fazer face às despesas inerentes à participação no campeonato distrital das suas equipas de sub -13, sub -14 e sénior, num total de oitenta (80) atletas, e considerando que:-----

-----O Sporting Clube de Vale de Ações desempenha relevante papel na formação pessoal, cívica e desportiva dos jovens do concelho, contribuindo para uma melhor qualidade das vidas e do seu bem-estar;-----

-----Promove e fomenta a prática desportiva em geral e o futebol de forma especial;-----

-----A equipa sénior desempenha um papel importante na divulgação do nome de Mortágua e na ligação com a comunidade emigrante espalhada pelos diversos Países da Europa.-----

-----O Senhor Presidente, no prosseguimento da política definida pela Autarquia para o apoio ao desenvolvimento desportivo, e tendo em consideração o papel relevante desempenhado por esta Associação Local, nomeadamente na formação e ocupação de um grande número de diversos escalões etários e considerando ainda de que esta Coletividade enveredou pelo amadorismo, e que pedido se enquadra na alínea c), do número 1, do artigo 3º. do Regulamento Municipal para Atribuição de Apoios a Entidades Terceiras, propôs a atribuição no corrente ano do subsídio no valor de dezasseis mil euros (16.000,00 €) nos termos do Protocolo a celebrar, e a transferir por duas vezes, cinquenta por cento (50%) com a



CÂMARA MUNICIPAL DE MORTÁGUA

assinatura do Protocolo e o remanescente no início do mês de novembro.-----

-----Depois de apreciado o assunto a Câmara deliberou, por unanimidade aprovar a proposta do Senhor Presidente.-----

----- Por informação da contabilidade existem fundos disponíveis para a assunção da despesa que tem cabimento no orçamento municipal na rubrica 040701– *Instituições sem fins lucrativos*, com um saldo de noventa e sete mil cento e catorze euros e vinte e sete centimos (97.114,27€) e está inscrito nas Opções do Plano do corrente ano no objetivo 02 Cultura Desporto e Tempos Livres, no projeto 2015/5027 – *Atividades Culturais Desportivas e Recreativas* com um saldo de vinte e sete mil duzentos e treze euros e onze centimos (26.213,11€), devendo os serviços de contabilidade proceder ao lançamento do respetivo compromisso.-----

6.1.2.-Apoio Despesas de Manutenção/Conservação Campo de Jogos Juiz de Fora:-----

-----Pelo Senhor Presidente foi presente a carta sem data e recebida a 2 de setembro corrente, do Sporting Clube de Vale de Acores a solicitar o apoio financeira do Município nas despesas de energia elétrica, água e gás, inerentes ao funcionamento e manutenção do seu campo de jogos relvado e que ascenderem a parte do ano de 2013, ano de 2014 e ano de 2015 ao montante de nove mil quinhentos e nove mil quinhentos e dez euros e trinta e seis centimos (9.510,36 €), considerando as suas dificuldades de tesouraria em fazer face àquele avultado valor.-----

-----O Senhor Presidente considerando que o Município suporta os custos de funcionamento e manutenção do Campo de Jogos Relvado da Gandarada propôs, considerando que a infraestrutura do campo de Jogos Juiz de Fora está aberta a toda a população em geral que queira usufruir da mesma, por uma questão de equidade que o se adotasse o mesmo procedimento atribuindo o subsídio no valor de quatro mil seiscentos e dois euros e trinta e dois centimos (4.602,32 €).-----



CÂMARA MUNICIPAL DE MORTÁGUA

-----A Câmara, depois de apreciado o assunto, deliberou por unanimidade atribuir o subsídio proposto pelo Senhor Presidente.-----

-----Por informação da contabilidade existem fundos disponíveis para a assunção da despesa que tem cabimento no orçamento municipal na rubrica 040701 – *Instituições sem fins lucrativos*, com um saldo de noventa e sete mil cento e catorze euros e vinte e sete cêntimos (97.114,27€) e está inscrito nas Opções do Plano do corrente ano no objetivo 02 Cultura Desporto e Tempos Livres, no projeto 2015/5027 – *Atividades Culturais Desportivas e Recreativas* com um saldo de vinte e sete mil duzentos e treze euros e onze cêntimos (26.213,11€), devendo os serviços de contabilidade proceder ao lançamento do respetivo compromisso.-----

7.-COMUNICAÇÕES E TRANSPORTES:-----

7.1.-ROTUNDA NO NÓ DO BARRIL – MORTÁGUA – ACESSO AO IP3 NO CONCELHO DE MORTÁGUA – PROTOCOLO A CELEBRAR ENTRE A INFRAESTRUTURAS DE PORTUGAL, SA E A AUTARQUIA:-----

-----Pelo Senhor Presidente foi presente para ratificação, nos termos do número 3 do artigo 35º. da Lei número 75/2013, de 12 de setembro, o Protocolo celebrado, em 11/09/2015, entre Infraestruturas de Portugal SA e o Município de Mortágua, que se dá aqui por integralmente ficando apenso à ata da presente reunião, e que tem por objeto definir o regime de colaboração das partes na elaboração dos estudos e projetos, na realização das expropriações e na execução das seguintes obras que incluem a sua integração paisagística e iluminação pública.-----

-----a) 234 – Reformulação de Interseção com a EN 228 (construção de uma rotunda) ao Km 54+520 (cujas coordenadas no sistema ETRS89 são -6.904 e 81.230, de acordo com o desenho anexo ao protocolo.-----

-----b) Execução de uma rotunda na EN 228, ao km 76+165, no acesso ao Parque Industrial



CÂMARA MUNICIPAL DE MORTÁGUA

(cujas coordenadas no sistema ETRS89, são -6005 e 80.431), de acordo com o desenho anexo ao protocolo.-----

-----c) Reformulação do entroncamento na EN 228, ao km 78,000, no acesso à Central Termoelétrica e à empresa Pellets Power (cujas coordenadas no sistema ETRS 89, são -5263), de acordo com o desenho anexo ao protocolo.-----

-----A Câmara deliberou por unanimidade ratificar o protocolo.-----

8.-ADMINISTRAÇÃO:-----

8.1-MODIFICAÇÃO POR ALTERAÇÃO AO ORÇAMENTO MUNICIPAL DE 2015:-

-----Considerando a necessidade de reforçar e reajustar diversas rubricas do orçamento Municipal do corrente ano, pelo Senhor Presidente foi presente nos termos do Decreto - Lei n.º 54-A/99, de vinte e dois de fevereiro, conjugado com a alínea d) do número 1 do artigo 33.º da Lei n.º 75/2013, de 12 setembro, a proposta de modificação por alteração ao orçamento que apresentava os seguintes valores:-----

-----Reforço de despesas de capital – sessenta mil euros (60.000,00 €);-----

-----Anulação de despesas de capital – quarenta mil euros (40.000,00 €).-----

-----Reforço de despesas correntes – quarenta e dois mil euros (42.000,00 €);-----

-----Anulação despesas correntes – sessenta e dois mil euros (62.000,00 €).-----

-----Depois de apreciada a alteração ao Orçamento Municipal a Câmara deliberou por unanimidade aprová-la, ficando a mesma arquivada no maço de documentos da presente reunião.-----

8.2.-MODIFICAÇÃO POR ALTERAÇÃO ÀS OPÇÕES DO PLANO DE 2015:-----

-----Considerando a necessidade de dotar diversos projetos das Opções do Plano do corrente ano de verbas necessárias à satisfação de compromissos assumidos decorrentes da evolução normal dos empreendimentos em curso, pelo Senhor Presidente foi presente nos termos do ponto 8.3.2.3 do Decreto – Lei número 54-A/99, conjugado com a alínea d) do número 1 do



CÂMARA MUNICIPAL DE MORTÁGUA

artigo 33º da Lei número 75/2013, de 12 de setembro, a proposta de alteração às Opções do Plano do corrente ano que apresentava os seguintes valores:-----

-----Financiamento definido – dez mil euros (10.000,00 €); -----

-----Anulação de Financiamento não definido – vinte mil euros (20.000,00 €).-----

-----Depois, de apreciada a alteração às Opções do Plano, a Câmara deliberou por unanimidade aprová-la ficando a mesma arquivada no maço de documentos da presente reunião.-----

8.3.-PROPOSTA DE ALTERAÇÃO AO MAPA DE PESSOAL DE 2015:-----

-----Pelo Senhor Presidente foi presente a seguinte proposta:-----

-----“O mapa de pessoal enquanto instrumento de planeamento da gestão de recursos humanos, materializa a previsão dos trabalhadores que se prevê serem necessários, para anualmente levar a cabo a realização dos serviços, no quadro das atribuições dos órgãos do município e das estratégias por este previamente definidas.-----

-----A gestão dos recursos humanos, todavia é por natureza contingencial, dependendo de múltiplos fatores, nomeadamente, dos recursos financeiros, dos recursos materiais, da formação, da tecnologia, dos incentivos e da motivação dos trabalhadores.-----

-----Não há contudo fórmulas universais de gestão de recursos humanos, daí que nos termos das disposições legais em vigor sobre o assunto, o mapa de pessoal assuma um caráter dinâmico mediante a possibilidade sempre que se revele necessário, por forma a dar resposta célere e eficaz, aos problemas com que nos confrontamos diariamente e às solicitações e expectativas dos munícipes.-----

-----Atentos semelhantes fundamentos, e uma vez mais efetuado um diagnóstico mais atualizado, das necessidades de pessoal existente, proponho a criação dos seguintes postos de trabalho, no mapa de pessoal:-----

----- Doze (12) postos de trabalho da carreira/categoria da assistente operacional, para o desempenho das seguintes funções: -----



CÂMARA MUNICIPAL DE MORTÁGUA

- a) cinco (5) postos de trabalho para a carreira/categoria de assistente operacional, em regime de contrato de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado, para exercer funções na Divisão de Conservação do Território e Serviços Urbanos, considerando que irão caducar em outubro o mesmo número de contratos a termos resolutivo, cujos titulares se encontravam afetos à equipa da urbanização (colocação de massas asfálticas), pondo em causa eficácia dos serviços e a resposta a eficácia dos serviços e o interesse público dos mesmos.-----
- b) três (3) postos de trabalho carreira/categoria de assistente operacional (cantoneiro de limpeza), considerando que nos últimos dois (2) anos aposentaram-se quatro (4) trabalhadores afetos à limpeza urbana dos arruamentos da sede do Concelho, situação que limita a operacionalidade e capacidade de resposta dos serviços e o interesse público dos mesmos em matéria de higiene e limpeza públicas.-----
- c) um (1) posto de trabalho carreira/categoria de assistente operacional (auxiliar de serviços gerais), para integrar Divisão de Conservação do Território e Serviços Urbanos, e exercer funções de limpeza dos edifícios Municipais (Câmara Municipal, Ninho de Empresas e sanitários da Praça 5 de Outubro, uma vez que existe um único trabalhador afeto a esse serviço em consequência de uma (1) aposentação no final do ano transato, pondo em causa eficácia dos serviços e a resposta a eficácia dos serviços.-----
- d) 1 posto de trabalho carreira/categoria de assistente operacional (Operador de ETARs) em regime de contrato de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado, para exercer funções na Divisão de Conservação do Território e Serviços Urbanos, dada a inexistência de trabalhadores nesse serviço e a impossibilidade de concretizar qualquer mobilidade interna.-----
- e) dois (2) postos de trabalho carreira/categoria de assistente operacional (condutor de máquinas e veículos especiais), considerando o Parque de Máquinas existente no Município e as obras que se realizam por administração direta nomeadamente na área de atividade do saneamento e a aposentação nos últimos três (3) anos de três (3) condutores, encontrando



CÂMARA MUNICIPAL DE MORTÁGUA

mais um trabalhador a aguardar aposentação, torna-se urgente proceder à sua ocupação considerando que está em causa a resposta a eficácia dos serviços e o interesse público dos mesmos, podendo mesmo os referidos setores de atividade parar.-----

-----Cabe à Assembleia Municipal a aprovação e alteração do mapa de pessoal, nos termos do artigo 29.º, número 4.º da Lei Geral de Trabalho em Funções Públicas, aprovada em anexo à Lei número 35/2014, de 20 de junho, e da alínea a) do número 2 do artigo 3.º do Decreto-Lei n.º 209/2009, de 3 de setembro.-----

-----Propõe-se que seja apreciada a proposta de alteração ao mapa de pessoal do Município de Mortágua, nos termos constantes do documento em anexo e que seja submetida à aprovação da Assembleia Municipal.”-----

-----A Câmara, depois de apreciado o assunto, deliberou por unanimidade aprovar a proposta.-

8.4.-PEDIDO DE AUTORIZAÇÃO PARA ABERTURA DE PROCEDIMENTO CONCURSAL COMUM PARA RECRUTAMENTO DE 12 ASSISTENTES OPERACIONAIS:-----

-----Pelo Senhor Presidente foi presente a seguinte proposta:-----

-----“Considerando que:-----

-----1. A alteração ao Mapa de pessoal do Município de Mortágua para vigorar no ano de 2015, aprovado no ponto anterior da presente reunião e a ser submetido ao órgão deliberativo para aprovação, contem os postos de trabalhos necessários para o cumprimento das atividades de natureza permanente a desenvolver-----

-----2. Na sequência de levantamento das necessidades de recursos humanos para o corrente ano foram analisadas as necessidades de recrutamento mais prementes para a prossecução das atividades municipais com base na informação reportada pelos dirigentes e chefias-----

-----3. Nesse diagnóstico de necessidades foram identificadas diferentes situações de carência de recursos humanos, resultante de aposentações ocorridas nos últimos anos, caducidade de



CÂMARA MUNICIPAL DE MORTÁGUA

contratos e de uma ou outra situação de licença sem remuneração.-----

-----4. Contudo, tais situações não poderão ser integralmente satisfeitas devido a restrições reativas à contratação de pessoal impostas pela Lei nº. 82-B/2014, de 31 de dezembro, que aprovou o Orçamento de Estado para 2015 (LOE 2015), apesar de ao Município de Mortágua não se lhe aplicar as regras estatuídas nos artigos 47º., 62º. e 64º. da referida LOE 2015.-----

-----5. Com efeito, os municípios que, no ano de 2014, tenham apresentado equilíbrio financeiro não são obrigados a proceder, no ano de 2015, à redução de trabalhadores, de dois por cento (2%) e três por cento (3%) consoante a seja de saneamento ou rutura, prevista no artigo 63º. da LOE 2015.-----

-----6.- Os municípios que apresentem situação de equilíbrio financeiro, como é o caso do município de Mortágua, podem, no ano de 2015, aumentar a despesa com pessoal, nos termos e limites consignados nos nºs 4 e 5, do artigo 62º. da Lei nº. 82-B/2014, já referida supra.-----

-----7. Perante essas limitações legais, há necessariamente que fazer opções, estabelecendo prioridades estruturadas em função das necessidades mais prementes, concretizadas da seguinte forma:-----

-----a) 5 postos de trabalho para a carreira/categoria de assistente operacional, em regime de contrato de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado, para exercer funções na Divisão de Conservação do Território e Serviços Urbanos;-----

-----b) 3 postos de trabalho carreira/categoria de assistente operacional (cantoneiro de limpeza) em regime de contrato de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado, para exercer funções na Divisão de Conservação do Território e Serviços Urbanos.-----

-----c) 1 posto de trabalho carreira/categoria de assistente operacional (auxiliar de serviços gerais) em regime de contrato de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado, para exercer funções na Divisão de Conservação do Território e Serviços Urbanos.-----

-----d) 1 posto de trabalho carreira/categoria de assistente operacional (Operador de ETARs)-----



CÂMARA MUNICIPAL DE MORTÁGUA

em regime de contrato de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado, para exercer funções na Divisão de Conservação do Território e Serviços Urbanos.-----

-----e) 2 postos de trabalho carreira/categoria de assistente operacional (motorista de máquinas e veículos especiais) em regime de contrato de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado, para exercer funções na Divisão de Conservação do Território e Serviços Urbanos.-----

-----8. De acordo com o previsto nos artigos 28º e 31º. da Lei nº.35/2014, de 20 de junho, que em anexo, aprovou a Lei Geral do Trabalho em funções públicas, (doravante designada por LTFP), os serviços da administração pública, em face do teor do respetivo mapa de pessoal, verificam o número de trabalhadores que se encontram em funções e caso o mesmo seja insuficiente pode promover o recrutamento dos necessários à ocupação dos postos de trabalho em causa.-----

-----9. Quanto à necessidade de ocupação dos postos de trabalho em causa importa ter presente redução global dos trabalhadores nos últimos anos referindo-se que a 31 de Dezembro em 2007 existiam 151 trabalhadores e a 31 de Dezembro de 2014 registam-se 118, trabalhadores, e neste momento 116 (1 caducidade de contrato 1 falecimento), e irá diminuir até ao final do ano em consequência de caducidade de 5 contratos (assistentes operacionais) e uma aposentação cujo processo já se encontra na CGA.-----

----- Sendo certo que os recursos humanos devem garantir a eficácia e eficiência do serviço, é indubitável concluir que, sendo as mesmas as competências e atribuições dos municípios, a evolução registada traduz uma carência significativa de recursos, em especial em determinados setores de atividade de natureza operacional, pondo em causa o estrito cumprimento das obrigações de prestação de serviço público a que os mesmos estão vinculados.-----

-----a) É manifesta a necessidade de recrutar 5 trabalhadores para a carreira/categoria de assistente operacional, em regime de contrato de trabalho em funções públicas por tempo



CÂMARA MUNICIPAL DE MORTÁGUA

indeterminado, para exercer funções na Divisão de Conservação do Território e Serviços Urbanos, considerando que irão caducar em outubro o mesmo número de contratos a termos resolutivo, cujos titulares se encontravam afetos à equipa da urbanização (colocação de massas asfálticas), pondo em causa eficácia dos serviços e a resposta a eficácia dos serviços e o interesse público dos mesmos.-----

-----b) De igual forma é necessária, decorrente de manifesta carência, recrutar mais 3 trabalhadores para a carreira/categoria de assistente operacional (cantoneiro de limpeza) considerando que nos últimos 2 anos aposentaram-se 4 trabalhadores afetos à limpeza urbana dos arruamentos da sede do Concelho, situação que limita a operacionalidade e capacidade de resposta dos serviços e o interesse público dos mesmos em matéria de higiene e limpeza públicas.-----

-----c) De igual forma é necessária, decorrente de manifesta carência, recrutar mais 1 trabalhador para a carreira/categoria de assistente operacional (auxiliar de serviços gerais), para integrar Divisão de Conservação do Território e Serviços Urbanos, e exercer funções de limpeza dos edifícios Municipais (Câmara Municipal, Ninho de Empresas e sanitários da Praça 5 de Outubro) uma vez que existe um único trabalhador afeto a esse serviço em consequência de uma aposentação no final do ano transato, pondo em causa eficácia dos serviços e a resposta a eficácia dos serviços.-----

-----d) De igual forma é necessária, decorrente de manifesta carência, recrutar 1 trabalhador para a carreira/categoria de assistente operacional (Operador de ETARs) em regime de contrato de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado, para exercer funções na Divisão de Conservação do Território e Serviços Urbanos, dada a inexistência de trabalhadores nesse serviço e a impossibilidade de concretizar qualquer mobilidade interna.-----

-----e) De igual forma é necessária, decorrente de manifesta carência, recrutar mais 2 trabalhadores para a carreira/categoria de assistente operacional (condutor de máquinas e



CÂMARA MUNICIPAL DE MORTÁGUA

veículos especiais), considerando o Parque de Máquinas existente no Município e as obras que se realizam por administração direta nomeadamente na área de atividade do saneamento e a aposentação nos últimos 3 anos de 3 condutores, encontrando mais um trabalhador a aguardar aposentação, torna-se urgente proceder à sua ocupação considerando que está em causa a resposta a eficácia dos serviços e o interesse público dos mesmos, podendo mesmo os referidos setores de atividade parar.-----

-----10.- Atenta a evolução de recursos humanos nesta área de atividade, resulta evidente a necessidade de proceder ao recrutamento de trabalhadores que permita colmatar as carências identificadas.-----

-----11. As referidas carências configuram necessidades permanentes e urgentes de pessoal que justificam a autorização de abertura de um procedimento concursal para preenchimento de postos de trabalho vagos, com vista à constituição de relações jurídicas de emprego público por tempo indeterminado.-----

-----12. A Lei nº. 82-B/2014, de 31 de dezembro, que aprovou o Orçamento de Estado para 2015 veio, apesar de ter flexibilizado, para os municípios que apresentam equilíbrio financeiro, a contratação de trabalhadores, manter algumas das restrições constantes do LOE de 2014 (Lei nº.83-C/2013, de 31 de dezembro).-----

-----13. O artigo 64º., nº.2 da mencionada LOE 2015, já supra referida, determina que apenas em situações excecionais devidamente fundamentadas, é possível autorizar a abertura de procedimentos concursais destinados a candidatos que não possuem uma relação jurídica de emprego público por tempo indeterminado previamente estabelecida e desde que se verifique o preenchimento de determinados requisitos cumulativos.-----

-----14. Entre outros requisitos, o previsto na alínea b) do nº. 2 do artigo 47º., aplicável por força do nº. 2 do citado artigo 64º., ambos da lei do Orçamento de Estado de 2015, exige que se demonstre a impossibilidade de ocupação dos postos de trabalho em causa por



CÂMARA MUNICIPAL DE MORTÁGUA

trabalhadores com relação jurídica de emprego público previamente constituída ou por recurso à mobilidade especial ou outros instrumentos.-----

-----15. Não foi apresentado nos últimos 2 anos qualquer pedido de mobilidade para o Município por trabalhador integrado na carreira/categoria de assistente operacional, pelo que não foi possível ocupar os postos de trabalho em causa por trabalhadores com vínculo por tempo indeterminado por mobilidade interna, dada a especificidade das funções a desempenhar. -----

-----Por outro lado, não está constituída a Gestora da Requalificação (Lei nº.80/2013, de 28 /11) e de acordo com o Despacho nº. 2556/2014-SEAP do Senhor Secretário de Estado da Administração Pública, de 10/07/2014, as autarquias locais não têm de consultar a Direção – Geral da Qualificação dos Trabalhadores em Funções Públicas (INA) no âmbito do procedimento prévio de recrutamento de trabalhadores em situação de requalificação.-----

-----16. Encontra-se satisfeita a exigência de cabimento orçamental para efeitos de ocupação de 12 postos de trabalho da categoria em apreço, o que permite satisfazer o exigido na alínea b) do nº.2 do artigo 64º. da LOE 2015.17.-----

-----Os Recursos humanos procederam atempadamente ao carregamento no Sistema Integrado de Informação das Autarquias Locais (SIIAL), de todos os dados enunciados no nº. 1 do artigo 6º. da Lei nº.57/2011, de 28 de novembro , alterada pela Lei nº.66-B/212, de 31 de dezembro, relativos à caraterização dos recursos humanos desta Edilidade e reportados ao 2º. Trimestre do ano de 2015, razão pela qual se constata o cumprimento, pontual e integral, dos deveres de informação previstos naquele diploma legal por este município.-----

-----18. Em resultado da aplicação dos critérios enunciados nos nºs. 3 e 4 do artigo 62º. Da referida Lei nº.82-B/2014, o Município de Mortágua pode, no ano de 2015, aumentar a despesa com pessoal até ao limite de 18.466,30 €, representando o recrutamento em causa um aumento de encargos com pessoal de 9.413,69 €, valor inferior ao limite.-----



CÂMARA MUNICIPAL DE MORTÁGUA

-----19. No exercício de 2015, as despesas com pessoal e as aquisições de serviços a pessoas singulares não pode prejudicar o cumprimento do limite resultante da aplicação dos n.ºs 3 e 4, do artigo 62.º da LOE 2015, pelo que se pretende proceder à abertura de procedimento concursal destinado inicialmente ao preenchimento de 12 postos de trabalho, sem prejuízo da utilização da reserva de recrutamento interna que venha a ser constituída com a homologação da lista de classificação final desse concurso, durante o prazo de 18 meses fixado na lei.-----

-----20. A categoria da assistente operacional (5 assistentes operacionais, 3 cantoneiro de limpeza, 1 auxiliar de serviços gerais, 2 motoristas de máquinas e veículos especiais, 1 Operador de ETARs), corresponde a uma das carreiras do regime geral, efetuando-se o respetivo recrutamento mediante o disposto na Portaria n.º. 83-A/2009, de 22 de janeiro, alterada e republicada pela Portaria n.º.145-A/2011, de 6 de abril.-----

-----21. De acordo com o previsto no artigo 3.º da citada Portaria n.º. 83-A/2009, os procedimentos concursais revestem modalidade comum quando se destinam ao imediato recrutamento para ocupação de postos de trabalho previstos, não ocupados, do mapa de pessoal do Município de Mortágua.-----

-----22. Compete à entidade que autoriza a abertura dos procedimentos concursais estabelecer o prazo para apresentação de candidaturas, nos termos do artigo 26.º da Portaria 83-A/2009.--

-----23. A competência para autorizar a abertura de um procedimento concursal destinado a todos os indivíduos, ou seja a candidatos que não possuam vínculo de emprego público por tempo indeterminado previamente estabelecido cabe, nos termos do n.º.2 do artigo 64.º da Lei n.º. 82-B/2014, à Assembleia Municipal, sob proposta do órgão executivo.-----

-----Em coerência com as razões de facto e de direito expendidas supra, proponho à Câmara Municipal de Mortágua que, ao abrigo das disposições combinadas constantes do artigo 32.º E alínea ccc) do n.º.1 do artigo 33.º ambos da lei n.º. 75/2013, de 13 de setembro, o n.º. 2 do artigo 64.º da Lei n.º. 82-B/2014, de 31 de dezembro, e o artigo 30.º do anexo a que se refere o



CÂMARA MUNICIPAL DE MORTÁGUA

artigo 2º. da Lei nº.35/2014, de 20 de junho, o seguinte:-----

-----a) Submeter à Assembleia Municipal proposta de autorização de abertura de procedimento concursal comum para a celebração de contratos de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado, destinado ao preenchimento de 12 postos de trabalho de assistente operacional (5 assistentes operacionais, 3 cantoneiro de limpeza, 1 auxiliar de serviços gerais, 2 motoristas de máquinas e veículos especiais, 1 Operador de ETARs), da carreira de assistente operacional, sem prejuízo de utilização de futura reserva de recrutamento interna que venha a ser constituída após a homologação da lista de ordenação final, destinado a qualquer indivíduo e com um prazo de candidaturas de 10 dias.-----

-----b) A despesa decorrente do presente procedimento concursal comum está inscrita no orçamento do corrente ano de 2015, conforme cabimento que se encontra anexo à presente proposta.”-----

-----A Câmara, depois de apreciada, deliberou por unanimidade aprovar a aludida proposta nos precisos termos em que foi formulada.-----

8.5.-PROPOSTAS DE FIXAÇÃO DE:-----

8.5.1.-Taxas do Imposto Municipal sobre Imóveis (IMI) artº. 112º. do CIMI:-----

-----Pelo Senhor Presidente foi presente a seguinte proposta:-----

-----“De acordo com o n.º 5 do art.º 112.º do Código do Imposto Municipal sobre Imóveis, na redação que lhe foi dada pela Lei nº 83-C/2013, de 31 de Dezembro, compete aos Municípios, mediante deliberação da Assembleia Municipal, fixar a taxa de IMI a aplicar em cada ano, dentro dos intervalos previstos na alínea c) do n.º 1 do mesmo artigo, designadamente: -----

-----Alínea c) - Prédios urbanos avaliados nos termos do CIMI: 0,3% a 0,5%. -----

-----No atual situação económica e financeira do país e tendo em vista reduzir o esforço financeiro das famílias, e porque as condições financeiras do Município fruto de uma gestão rigorosa o permitem, propõe-se a aplicação da seguinte taxa: -----



CÂMARA MUNICIPAL DE MORTÁGUA

-----Alínea c) - Prédios Urbanos: 0,3%; (mínimo permitido). -----

-----Se aprovada, esta proposta deve ser remetida à Assembleia Municipal, nos termos e para efeitos do disposto no art.º 25.º, n.º 1, alínea d), da Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro. “-----

-----A Câmara, depois de apreciado o assunto, deliberou por unanimidade aprovar a proposta de fixação de taxa de Derrama e remeter à Assembleia Municipal, nos termos e para os efeitos do disposto no art.º 25º, n.º 1, alínea d), da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.-----

8.5.2. -Imposto Municipal sobre Imóveis (IMI) – Redução da Taxa Prevista no n.º.3 do artigo 112º. Do Código do CIMI:-----

-----Pelo Senhor Presidente foi presente a seguinte informação:-----

-----“1. O Orçamento de Estado para 2015, a par da reforma do IRS e da nova redução da taxa de IRC, veio iniciar o desagravamento fiscal incidente sobre os cidadãos, as empresas e as famílias. -----

-----2. Veio concretizar, nomeadamente, medidas de proteção das famílias e de incentivo à natalidade. -----

-----3. Por outro lado, na sequenciada introdução do quociente familiar no IRS, foi introduzido um benefício fiscal para as famílias com filhos em sede de IMI, permitindo aos municípios reduzirem a taxa de IMI em 10% para as famílias com 1 filho, 15% para as famílias com 2 filhos e 20% para as famílias com 3 filhos.-----

-----4. Fica assim consagrada a possibilidade dos municípios, mediante deliberação da Assembleia Municipal, reduzirem a taxa de Imposto Municipal sobre Imóveis (IMI), consoante o número de dependentes a cargo.-----

-----5. A aprovação desta proposta não implica qualquer alteração ao orçamento municipal aprovado, uma vez que a sua execução só produz efeitos na liquidação do imposto em 2016. O seu impacto nos orçamentos futuros pode ser acautelado pela adoção de medidas de controlo da despesa municipal, nomeadamente despesas de funcionamento.-----



CÂMARA MUNICIPAL DE MORTÁGUA

-----6. De acordo com informação da Autoridade Tributária e Aduaneira a diminuição de receita Fiscal com a aplicação desta medida é no montante de 15.236,84 €.

-----7. Justifica-se fixar uma redução da taxa de IMI, nos casos de imóvel destinado a habitação própria e permanente coincidente com o domicílio fiscal do proprietário, e atendendo ao número de dependentes, nos termos do previsto no nº 13 do art.º 112º do Código do IMI, porquanto: -----

-----a) As famílias com dependentes têm despesas acrescidas;-----

-----b) A família, como pilar da nossa comunidade deve ser destacada, valorizada e protegida;

-----c) A redução da taxa de IMI, que se propõe, funcionará como incentivo à natalidade e consequente aumento da população do nosso concelho. -----

-----8. Em reconhecimento dessa realidade, reduzir o IMI aos nossos munícipes nos termos da lei, é uma das medidas que podem ser tomadas, com alcance direto para muitas famílias e para o desenvolvimento do nosso concelho.

-----9. Nos termos do nº. 14 do artigo 112º. do CIMI, a deliberação de redução da taxa do IMI pela Assembleia Municipal é comunicada à Autoridade Tributária e Aduaneira, por transmissão eletrónica de dados até 30 de novembro.

-----10. De acordo com a circular nº. 9/2015 da Autoridade Tributária, aquela Entidade promove, de forma automática e com base nos elementos de que dispõe, a execução da deliberação da assembleia municipal comunicada no prazo legal, tendo em conta o número de dependentes que integram o agregado familiar na declaração modelo 3 de IRS, cuja obrigação de entrega ocorra no ano a que respeita o IMI, com a eliminação dos custos de contexto, quer para as famílias com filhos quer para os Municípios.

-----Assim, propõe-se que a Câmara delibere: -----

-----a) Aprovar a redução da taxa de IMI em função do número de dependentes, nos termos previstos no nº 13 do artigo 112º do Código do Imposto Municipal sobre Imóveis, a saber:-----



CÂMARA MUNICIPAL DE MORTÁGUA

-----i. Em 10% para as famílias com 1 filho; -----

-----ii. Em 15% para as famílias com 2 filhos; -----

-----iii. Em 20% para as famílias com 3 filhos.-----

-----b) Submeter à Assembleia Municipal para aprovação.”-----

-----A Câmara depois de apreciado o assunto deliberou aprovar a proposta.-----

8.5.3.-Percentagem da Participação do IRS pretendido pelo Município nos termos do art.º 26.º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro:-----

-----Pelo Senhor Presidente foi presente a seguinte proposta:-----

-----“Nos termos do n.º 1 do art.º 26º da Lei nº 73/2013, de 3 de setembro – Regime Financeiro das Autarquias Locais, os Municípios têm direito, em cada ano, a uma participação variável até 5% no IRS dos sujeitos passivos com domicílio fiscal na respetiva circunscrição territorial, relativa aos rendimentos do ano imediatamente anterior, calculada sobre a respetiva coleta líquida das deduções previstas no n.º 1, do art.º 78º do Código do IRS, deduzido do montante afeto ao Índice Sintético de Desenvolvimento Social nos termos do n.º 2 do art.º 69º.-----

-----A participação referida depende de deliberação sobre a percentagem de IRS pretendida pelo Município. Caso a percentagem deliberada pelo Município seja inferior a 5%, o produto da diferença de taxas e a coleta líquida é considerado como dedução à coleta do IRS, a favor do sujeito passivo, relativamente aos rendimentos do ano imediatamente anterior àquele que respeita a participação variável.-----

-----No sentido de aliviar a carga fiscal dos munícipes, que nos dias de hoje já veem os seus orçamentos familiares tão asfixiados, propõe-se a fixação daquela participação em 2,5%, significando tal medida que os 2,5% que a Câmara prescinde reverterão a favor dos sujeitos passivos que os 2,5% que a Câmara prescinde reverterão a favor dos sujeitos passivos.

-----Se aprovada, esta proposta deve ser remetida à Assembleia Municipal, nos termos e para efeitos do disposto no art.º 25.º, n.º 1, alíneas c) e , da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.”-----



CÂMARA MUNICIPAL DE MORTÁGUA

-----A Câmara, depois de apreciado o assunto, deliberou por maioria, com cinco votos a favor, sendo quatro do Presidente e dos Vereadores eleitos pelo PPD/PSD e um de Vereador eleito pelo PS, e duas abstenções dos Vereadores eleitos pelo PS, Dr. João Pedro de Almeida e Sousa Rodrigues da Fonseca e Dr^a. Márcia Maria dos Santos Lopes aprovar a proposta de Participação Variável de IRS e remeter à Assembleia Municipal, nos termos e para os efeitos do disposto no art.º 25º, n.º 1, alíneas c) e e), da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.-----

8.5.4.-Taxas a aplicar de Derrama nos termos do artº. 18º. da Lei nº. 73/2013, de 3 de setembro:-----

-----Pelo Senhor Presidente foi presente a seguinte proposta:-----

-----“O nº 1, do artº. 18º, da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro – Regime Financeiro das Autarquias Locais, prevê que os municípios podem deliberar lançar anualmente uma derrama, até ao limite máximo de 1,5% sobre o lucro tributável sujeito e não isento de Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (IRC).-----

-----A referida Lei estabelece, ainda, no n.º4 do mesmo artigo, a possibilidade de ser fixada uma taxa reduzida de derrama para os sujeitos passivos com um volume de negócios no ano anterior que não ultrapasse 150.000,00€.-----

-----Neste sentido, considerando a atual conjuntura económica e financeira e como forma de incentivo às empresas propõe-se:-----

-----Para os sujeitos passivos com um volume de negócios no ano anterior que não ultrapasse 150.000,00€, aplicar, no ano económico de 2015, uma taxa reduzida de derrama de **0,0%** (isenção de taxa) sobre o lucro tributável sujeito e não isento de IRC, para todos os sujeitos passivos que tenham estabelecimentos estáveis ou representações locais no município e matéria coletável superior a 50.000,00€, o lucro tributável imputável à circunscrição de cada município é determinado pela proporção entre os gastos com a massa salarial correspondente aos estabelecimentos que o sujeito passivo nele possua e a correspondente à totalidade dos seus



CÂMARA MUNICIPAL DE MORTÁGUA

estabelecimentos situados em território nacional:-----

-----Para os sujeitos passivos com um volume de negócios no ano anterior superior 150.000,00€, aplicar, no ano económico de 2015, uma taxa de derrama de 0,50% sobre o lucro tributável sujeito e não isento de IRC, para todos os sujeitos passivos que tenham estabelecimentos estáveis ou representações locais no município e matéria coletável superior a 50.000,00€, o lucro tributável imputável à circunscrição de cada município é determinado pela proporção entre os gastos com a massa salarial correspondente aos estabelecimentos que o sujeito passivo nele possua e a correspondente à totalidade dos seus estabelecimentos situados em território nacional. -----

-----Se aprovada, esta proposta deve ser remetida à Assembleia Municipal, nos termos e para efeitos do disposto no art.º 25.º, n.º 1, alínea d), da Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro. “-----

-----A Câmara, depois de apreciado o assunto, deliberou por maioria com quatro votos a favor do Presidente e dos Vereadores eleitos pelo PPD/PSD e duas abstenções dos Vereadores Dr. João Pedro de Almeida e Sousa Rodrigues da Fonseca e Dr.ª Márcia Maria dos Santos Lopes, e o voto contra Dr. Acácio Fonseca Fernandes eleitos pelo PS, tendo este último justificado o seu voto por entender que a taxa deveria ser de 1%, aprovar a proposta de fixação de taxa de Derrama e remeter à Assembleia Municipal, nos termos e para os efeitos do disposto no art.º 25º, n.º 1, alínea d), da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.-----

8.6.-PROJETO DE REGULAMENTO UTILIZAÇÃO DOS EQUIPAMENTOS DESPORTIVOS MUNICIPAIS:-----

-----Pelo Senhor Presidente foi presente a seguinte proposta:-----

-----“Considerando que: -----

-----A Câmara Municipal aprovou na reunião realizada em 1/07/2015 submeter a discussão pública nos termos do Código do Procedimento Administrativo, o Projeto de Regulamento de Utilização dos Equipamentos Desportivos Municipais.-----



CÂMARA MUNICIPAL DE MORTÁGUA

-----A discussão pública consiste na recolha de observações e sugestões de todos os interessados sobre o projeto, com vista à respetiva ponderação e elaboração da versão final.-----

-----No âmbito da consulta pública, o aviso de abertura do período de apreciação pública foi publicado no Diário da República 2ª. Série, nº. 147, de 30 de julho de 2015, sob a forma de Aviso nº.8334/2015, sendo que a publicitação deste período foi efetuada igualmente, através do edital nº. 16/2015, no Jornal Defesa da Beira de 07/08/2015, no sítio da internet do Município de Mortágua, para além de afixação de editais nos lugares de estilo.-----

-----Os documentos constituintes do Projeto de Regulamento de Utilização dos Equipamentos Desportivos Municipais estiveram durante o período de apreciação pública, que decorreu de 31 de julho a 10 de setembro (30 dias úteis após a sua publicação no Diário da República, conforme dispõe o CPA), à disposição do público em geral nos Serviços Administrativos da Divisão de Administração Geral e Finanças da Câmara Municipal de Mortágua.-----

-----Durante o período de apreciação pública foi apresentada, por escrito, e registado nos serviços, em 12/08/2015, uma sugestão de alteração ao Projeto de Regulamento para que seja introduzida uma regra que proíba os utilizadores andarem totalmente despidos nas áreas de circulação, de banho e vestiários, exceto nas cabines de banho individuais e vestiários individuais, considerando que os equipamentos desportivos municipais não possuem balneários infantis, as crianças têm de forçosamente tomar banho e circular nas mesmas áreas dos adultos. Deve assim dar-se seguimento ao processo e ser presente a Reunião de Câmara para efeitos de ponderação e apreciação da sugestão da alteração ao Projeto de Regulamento apresentada e respetiva aprovação do mesmo.-----

-----Assim, temos a honra de propor à Câmara Municipal de Mortágua que delibere:-----

-----1.- Introduzir no Projeto de Regulamento a sugestão apresentada, considerando a pertinência da mesma.-----

-----2. Aprove o Projeto de Regulamento de Utilização dos Equipamentos Desportivos



CÂMARA MUNICIPAL DE MORTÁGUA

Municipais, que se dá aqui por integralmente reproduzido, com a alteração referida, para efeitos de ulterior aprovação pela assembleia Municipal, nos termos da alínea g) do n.º 1 do artigo 25.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro”-----

-----A Câmara por unanimidade deliberou aprovar a proposta.-----

-----Mais deliberou por unanimidade submeter o Projeto de Regulamento, de acordo com o artigo 33º, n.º 1, alínea k), da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, à apreciação e votação da Assembleia Municipal, conforme dispõe a alínea g) do n.º 1 do artigo 25º. do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.-----

8.7.-INICIO DE PROCEDIMENTO DE ELABORAÇÃO DO REGULAMENTO MUNICIPAL DE URBANIZAÇÃO E EDIFICAÇÃO :-----

-----Pelo Senhor Presidente foi presente a seguinte proposta:-----

-----“Com a entrada em vigor a oito de abril de dois mil e quinze, do novo Código Procedimento Administrativo (CPA, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 4/2015, de sete de janeiro, este diploma estabelece relativamente ao procedimento do regulamento administrativo, que se deva dar publicitação do início do procedimento, à constituição como interessados e à apresentação de contributos na elaboração de um Projeto de Regulamento que se queira fazer aprovar pelos órgãos competentes do município, in casu, o Projeto de Regulamento Municipal de Urbanização e Edificação e Taxas de Operações Urbanísticas (Decreto-Lei n.º 136/2014, de 9 de setembro).-----

-----Nesta conformidade, o n.º 1, do artigo 98º. do CPA, consagra que o início do procedimento é publicitado na Internet, no sítio institucional da entidade pública, com a indicação do órgão que decidiu desencadear o procedimento, da data em que o mesmo se iniciou, do seu objeto e da forma como se pode processar a constituição como interessados e a apresentação de contributos para a elaboração do regulamento.-----

-----Assim propõe-se que ao abrigo do disposto no n.º 1, do artigo 98º. do CPA e no âmbito



CÂMARA MUNICIPAL DE MORTÁGUA

da competência prevista na alínea k) do n.º 1 do artigo 33.º do Anexo I à Lei n.º 75/2013, de doze de setembro, delibere:-----

----1.--Dar início ao procedimento de elaboração do Projeto de Regulamento que tem como objeto estabelecer os princípios aplicáveis às diferentes operações urbanísticas, as regras gerais e critérios referentes à fixação e cobrança de taxas devidas.-----

----2.--Que a constituição como interessados e a apresentação de contributos para a elaboração do regulamento se processe por meio de requerimento, a dirigir ao Presidente da Câmara, identificando devidamente o requerente e o procedimento.-----

-----3.--Que se proceda à publicitação no sítio da internet do Município www.cm-mortagua.pt, do início do procedimento nos moldes previstos no artigo 98.º do CPA.-----

-----A Câmara, depois de apreciado o assunto, deliberou por unanimidade aprovar a proposta do Senhor Presidente.-----

8.8.-INICIO DE PROCEDIMENTO DE ELABORAÇÃO DO REGULAMENTO MUNICIPAL DE ATIVIDADES DIVERSAS NO ÂMBITO DO LICENCIAMENTO ZERO:-----

-----Pelo Senhor Presidente foi presente a seguinte proposta:-----

-----“Com a entrada em vigor a oito de abril de dois mil e quinze, do novo Código Procedimento Administrativo (CPA, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 4/2015, de sete de janeiro, este diploma estabelece relativamente ao procedimento do regulamento administrativo, que se deva dar publicitação do início do procedimento, à constituição como interessados e à apresentação de contributos na elaboração de um Projeto de Regulamento que se queira fazer aprovar pelos órgãos competentes do município, in casu, o Projeto de Regulamento Municipal de Atividades Diversas no âmbito do Licenciamento Zero.-----

-----Nesta conformidade, o n.º 1, do artigo 98.º do CPA, consagra que o início do procedimento é publicitado na Internet, no sítio institucional da entidade pública, com a



CÂMARA MUNICIPAL DE MORTÁGUA

indicação do órgão que decidiu desencadear o procedimento, da data em que o mesmo se iniciou, do seu objeto e da forma como se pode processar a constituição como interessados e a apresentação de contributos para a elaboração do regulamento.-----

-----Assim, propõe-se que ao abrigo do disposto no nº. 1, do artigo 98º. do CPA e no âmbito da competência prevista na alínea k) do nº. 1 do artigo 33º. do Anexo I à Lei nº.75/2013, de doze de setembro, delibere:-----

-----1.--Dar início ao procedimento de elaboração do Projeto de Regulamento que tem como objeto estabelecer os princípios aplicáveis às diversas atividades no âmbito do licenciamento zero (Dec. Lei nº.10/215, de 16/01, as regras gerais e critérios referentes à fixação e cobrança de taxas devidas.-----

-----2.--Que a constituição como interessados e a apresentação de contributos para a elaboração do regulamento se processe por meio de requerimento, a dirigir ao Presidente da Câmara, identificando devidamente o requerente e o procedimento.-----

-----3.--Que se proceda à publicitação no sítio da internet do Município www.cm-mortagua.pt, do início do procedimento nos moldes previstos no artigo 98º. do CPA”-----

-----A Câmara, depois de apreciado o assunto, deliberou por unanimidade aprovar a proposta do Senhor Presidente.-----

8.9.-RELATÓRIO DE AUDITORIA – INFORMAÇÃO SOBRE A SITUAÇÃO ECONÓMICA E FINANCEIRA DO MUNICÍPIO – 1º. SEMESTRE:-----

-----Pelo Senhor Presidente foi presente o Relatório Semestral, do auditor externo, sobre a situação económica e financeira do Município referente ao 1º. Semestre de 2015, emitido nos termos da alínea d) do nº.2 do artº. 77º. da Lei nº. 73/2014, de 3 de setembro, para conhecimento do órgão executivo.-----

-----A Câmara tomou conhecimento.-----



CÂMARA MUNICIPAL DE MORTÁGUA

8.10.-ADJUDICAÇÃO POR HASTA PÚBLICA DA ALIENAÇÃO DO IMÓVEL DA ANTIGA ESCOLA DO RIOMILHEIRO:-----

-----No seguimento da deliberação toma na reunião de Câmara de 19/08/2015 pelo Senhor Presidente foi presente o ata da hasta publica realizada, no dia 11/09/2015, e de arrematação provisória, nos termos Regulamento da Hasta Pública, o bem imóvel da antiga escola do Riomilheiro, de propriedade do Município:-----

----- prédio urbano, sito em Riomilheiro, Freguesia do Sobral, a área coberta de 72,5 m2 e área descoberta de 267,5 m2, inscrito na matriz da Freguesia do Sobral sob o artigo 2497 e descrito na Conservatória do Registo Predial sob o nº. 9428, arrematado pelo valor três mil e novecentos euros (3.900,00 €) a Lisete Maria Ferreira, residente na Rua Principal, nº.18, em Riomilheiro, CC nº. 07026197, válido até 08/09/2016, contribuinte nº. 171771290.-----

-----Em cumprimento do disposto no ponto do aludido regulamento, o adjudicatário entregou na Tesouraria desta Câmara Municipal 25% do valor total da adjudicação.-----

-----Assim, o Senhor Presidente propôs que a Câmara aprove a adjudicação definitiva do prédio urbano, sito em Riomilheiro, Freguesia do Sobral, a área coberta de 72,5 m2 e área descoberta de 267,5 m2, inscrito na matriz da Freguesia do Sobral sob o artigo 2497 e descrito na Conservatória do Registo Predial sob o nº. 9428, ao adjudicatário acima referido e pelo valor constante na ata de adjudicação provisória.-----

-----Mais foi deliberado notificar a arrematante Lisete Maria Ferreira para nos termos o artigo 10% do Regulamento da Hasta Publica proceder ao pagamento dos restante 75% do valor da adjudicação no prazo de vinte (20) dias contados da data da notificação da adjudicação definitiva, e informar que as despesas notariais, bem assim como os impostos devidos pela aquisição serão de sua responsabilidade.-----

-----A Câmara, depois de apreciado, deliberou por unanimidade aprovar a adjudicação do referido prédio.-----



CÂMARA MUNICIPAL DE MORTÁGUA

9.-LOTEAMENTOS E OBRAS PARTICULARES:-----

9.1.-ISENÇÃO DE PAGAMENTO DE TAXAS DO PROCº. Nº. 01/11/2015 – ALTERAÇÃO DA CASA PAROQUIAL DA FREGUESIA DE PALA (alínea c), nº.1, artº.29º. RMUET):-----

-----Pelo Senhor Presidente foi presente o requerimento da Comissão da Fábrica da Igreja de Pala, registado sob o nº. 01/2015/668 a requerer a isenção de pagamento da taxa no valor de quarenta e nove mil e vinte e seis cêntimos (49,26 €) relativa à prorrogação da licença do processo nº.01/2015/111, de alteração da Casa Paroquial da Freguesia de Pala.-----

-----Conforme o previsto na alínea d) do número 1 do artigo 29º. do Regulamento Municipal de Urbanização, Edificação e Taxas a Câmara Municipal pode conceder a isenção de pagamento de taxas a “ Entidades religiosas, culturais, desportivas, sociais, recreativas ou outras que, na área do Município, prossigam fins de interesse público”.-----

-----A informação dos serviços constante no processo considera que a petição reúne condições para ser apreciada em reunião de Câmara.-----

-----Com a entrada em vigor da Lei nº. 73/2013 de 3 de setembro, a competência para a concessão de tais isenções ou reduções passou para a Assembleia Municipal, quando propostas pela Câmara Municipal, conforme o preceituado no nº. 2 do artº. 16º. daquele diploma.-----

-----Assim, a Câmara deliberou por unanimidade solicitar à Assembleia Municipal a concessão da isenção de pagamento à Comissão da Fábrica da Igreja de Pala da taxa no valor quarenta e nove euros e vinte e seis cêntimos (49,26 €) relativa à prorrogação da licença do processo nº.01/2015/111, de alteração da Casa Paroquial da Freguesia de Pala.-----

9.2.-ISENÇÃO DE PAGAMENTO DE TAXAS DO PROCº. Nº. 01/2015/61 – CONSTRUÇÃO DE HABITAÇÃO E MURO DE VEDAÇÃO (alínea e), nº.1, artº.29º. RMUET):-----

-----Pelo Senhor Presidente foi presente o requerimento de Elisabete Maria da Silva registado



CÂMARA MUNICIPAL DE MORTÁGUA

com o n.º 644/2015 a requerer, nos termos da alínea e) do n.º 3 do art.º 29.º do Regulamento Municipal de Urbanização, Edificação e Taxas, a isenção do pagamento de taxas de licenciamento no valor de dois mil e noventa euros e cinquenta e sete cêntimos (2.090,57 €) e de TMU no valor de quatrocentos e oitenta e três euros e oitenta e quatro cêntimos (483,84 €), do processo n.º 01/2015/61 Construção nova (habitação/muros de vedação), sita na Sobrosa, Freguesia de Espinho.-----

-----Conforme o previsto na alínea e) do número 1 do artigo 29.º do Regulamento Municipal de Urbanização, Edificação e Taxas, a Câmara Municipal pode conceder a isenção de pagamento de taxas *“Os jovens casais cuja soma de idades não exceda os 70 anos, ou individualmente, com idades compreendidas entre os 18 e os 35 anos e em ambos os casos, se destinem a habitação própria e permanente”*.-----

-----A informação dos serviços constante no processo considera que a petição reúne condições para ser apreciada em reunião de Câmara.-----

-----Porém com a entrada em vigor da Lei n.º 73/2013 de 3 de setembro, a competência para a concessão de tais isenções ou reduções passou para a Assembleia Municipal, quando propostas pela Câmara Municipal, conforme o preceituado no n.º 2 do art.º 16.º daquele diploma.-----

-----A Câmara deliberou por unanimidade solicitar à Assembleia Municipal a concessão da isenção de pagamento a Elisabete Maria da Silva no valor de dois mil e noventa euros e cinquenta e sete cêntimos (2.090,57 €) e de TMU no valor de quatrocentos e oitenta e três euros e oitenta e quatro cêntimos (483,84 €) do processo n.º 01/2015/61 - Construção nova (habitação/muros de vedação), sita na Sobrosa, Freguesia de Espinho.-----



CÂMARA MUNICIPAL DE MORTÁGUA

9.3.-PROCº. Nº. 04/2015/23, DE EMISSÃO DE CERTIDÃO DE APROVAÇÃO DE LOCALIZAÇÃO DE OPERAÇÕES DE GESTÃO DE RESÍDUOS DE CONSTRUÇÃO E DEMOLIÇÃO (RCD) NO PARQUE INDUSTRIAL MANUEL LOURENÇO FERREIRA:-----

-----Pelo Senhor Presidente foi presente o processo nº. 04/2015/23, requerimento número 01/2015/328, registado a 20/05/2015, de Socitop – Unipessoal, Lda., contribuinte fiscal número 504 504 754, com sede em Vale, Parque Industrial Manuel Lourenço Ferreira, União das Freguesias de Mortágua, Vale de Remigio, Cortegaça e Almaça, a requerer a emissão de certidão de aprovação quanto à compatibilidade da operação de gestão de resíduos com o Plano Diretor Municipal em uso neste Município, para efeitos do Decreto-Lei nº. 178/2006, de 5 de setembro, alterado pelo Dec. Lei nº. 73/2011, de 17 de junho.-----

-----A operação de gestão de resíduos que pretende efetuar, consiste na receção e armazenamento de RCD classificados como não perigosos, sendo os RCD inertes submetidos à operação de fragmentação e crivagem. Os restantes resíduos apenas serão armazenados no interior de contentores estanques, e posteriormente encaminhados para operadores devidamente licenciados à sua gestão.-----

-----O processo encontra-se instruído com o Parecer da CCDRC, tendo no seguimento do mesmo o Chefe da DAT emitido, em 26/08/2015, o Parecer Técnico que se transcreve: “Na sequência das consultas efetuadas às entidades exteriores indicadas no parecer Técnico de 02.06.2015 (fl. 6) propõe-se a emissão da certidão de aprovação da localização, uma vez que o PDM em vigor é omissivo relativamente a este tipo de ocupação.-----

-----O requerente deve tomar conhecimento do ofício da CCDRC de 29.07 (fls16) cumprindo o que ali é indicado em termos de tramitação processual”.-----

-----A Câmara, depois de apreciado o assunto, deliberou por unanimidade emitir a certidão de aprovação da localização de acordo com o parecer técnico exarado no processo.-----



CÂMARA MUNICIPAL DE MORTÁGUA

9.4.-PROCº. Nº. 04/2015/38, DE EMISSÃO COMPROVATIVA EM COMO O PRÉDIO RÚSTICO INSCRITO NA MATRIZ DA UNIÃO DE FREGUESIAS DE MORTÁGUA, VALE DE REMÍGIO, CORTEGAÇA E ALMAÇA SOB O ARTº. 11219 CONFRONTA A NASCENTE COM RUA:-----

-----Pelo Senhor Presidente foi presente o processo 04/2015/38, requerimento número 04/2015/613, registado em 26/08/2015, de José de Oliveira Rosa, residente na Av. dos Bombeiros Voluntários, 3450-122 Mortágua, a requerer na qualidade de proprietário do prédio rústico sito em Eiras, Cortegaça, inscrito na matriz da União de Freguesias de Mortágua, Vale de Remígio, Cortegaça e Almaça sob o artigo 11219, e descrito na Conservatória do Registo Predial de Mortágua sob o artigo 1941, a emissão de certidão comprovativa de que o mesmo confronta a nascente com a Rua denominada pela Rua do Cabral, conforme planta topográfica que anexa, destinando-se a mesma a apresentar na Conservatório do Registo Civil, Predial e Cartório Notarial para efeitos de correção das confrontações do prédio.-----

-----A Câmara, depois de apreciado o assunto e as informações técnicos constantes no processo, deliberou por unanimidade emitir a certidão solicitada.-----

9.5.-EDIFICAÇÕES EM MAU ESTADO DE CONSERVAÇÃO – Procº. Nº. 08/2014/03, SITO na Alameda da Igreja, em Mortágua:-----

-----No seguimento da notificação efetuada à Fábrica da Igreja Paroquial da Freguesia de Mortágua em cumprimento da deliberação tomada na reunião de Câmara de 19/08/2015, referente ao prédio em mau estado de conservação sito na Alameda da Igreja, Freguesia de Mortágua, de propriedade da Fábrica da Igreja Paroquial da Freguesia de Mortágua, foi presente novamente o processo acompanhado de carta, sem data e entrada nos serviços a 2/09/2015, da Fábrica da Igreja a informar que o início das obras está previsto para o dia 14 de setembro de 2015 e a sua conclusão para o dia 2 de outubro de 2015. -----



CÂMARA MUNICIPAL DE MORTÁGUA

-----A Câmara tomou conhecimento.-----

PERÍODO DE INTERVENÇÃO ABERTO AO PÚBLICO:-----

-----Não se registou a presença de qualquer Munícipe.-----

-----E, nada mais havendo a tratar, foi pelo Senhor Presidente declarada encerrada a reunião pelas dezanove horas.-----

-----Para constar e devidos efeitos se lavrou a presente ata que vai ser assinada por mim

Romão Daniel

Secretário do Órgão

e pelo Senhor Presidente.-----

[Signature]

PROTOCOLO

Entre:

A **IP - Infraestruturas de Portugal, S.A.**, representada neste ato Presidente do Conselho de Administração Executivo, António Ramalho, daqui em diante designada por **IP**,

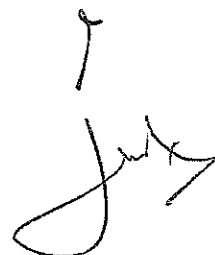
e

O **Município de Mortágua**, representado neste ato pelo Presidente da Câmara Municipal, Engº José Júlio Norte, doravante designado por **MM**.

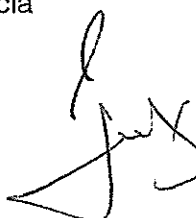
Considerando que:

- O **MM** e a **IP** pretendem garantir melhores condições de fluidez e segurança da circulação no cruzamento da EN234 com a EN228, no Barril;
- A **IP** tem inscrito no seu Plano de Proximidade 2015-2019 uma intervenção designada por “EN234 – Reformulação de Interseção com a EN228”;
- O **MM** mostrou disponibilidade para colaborar na execução dessa obra, responsabilizando-se pela aquisição de terrenos;
- O **MM** pretende, também, melhorar a segurança da EN228, pelo que, tem interesse em proceder à execução de uma rotunda no acesso ao Parque Industrial, solução que a **IP** considera adequada;
- O **MM** manifestou, ainda, à **IP** a pretensão de reformular o entroncamento na EN228, no acesso à Central Termoelétrica e à empresa Pellets Power, solução que a **IP** acolheu;
- O **MM** tem interesse em proceder à integração paisagística de todas as áreas sujeitas a intervenção, rotundas e entroncamento, bem como, dotá-las de iluminação pública, integrando-a na sua rede de iluminação;
- A minuta do protocolo que ora se vai celebrar foi aprovada pelo Conselho de Administração Executivo da **IP**, em reunião de 10-09-2015 e pela Câmara Municipal de Mortágua, em sessão de _____.

É celebrado o presente protocolo, que se rege pelo clausulado subsequente:



5. O **MM** ou outra entidade por si designada nos termos da lei, assume-se como dono de obra relativamente às intervenções mencionadas nas alíneas b) e c) da Cláusula 1.^a, competindo-lhe lançá-las, geri-las, executá-las e fiscalizá-las, desde a fase do anúncio do concurso até à sua conclusão, cabendo-lhe a responsabilidade pela execução material, financeira e contabilística.
6. O **MM** obriga-se, no prazo de 15 dias após a ocorrência de cada um dos factos, a comunicar à **IP** o lançamento dos concursos, a data e o valor da adjudicação e o prazo de execução bem como a data da efetiva consignação das obras mencionadas nas alíneas b) e c) da Cláusula 1.^a.
7. Quaisquer alterações ao projeto ou ao plano de trabalhos das obras mencionadas nas alíneas b) e c) da Cláusula 1.^a terão de ser previamente aceites pela **IP**, que se deverá pronunciar sobre os trabalhos que não estejam de acordo com o projeto ou com o plano de trabalhos aprovados.
8. O **MM** assume também a responsabilidade contratual ou extra contratual emergente de quaisquer atos ou omissões que se enquadram nos seus poderes de gestão pública ou de gestão privada, perante a **IP** ou quaisquer terceiros, relacionados direta ou indiretamente com o presente protocolo, ou com as intervenções mencionadas nas alíneas b) e c) da Cláusula 1.^a.
9. O **MM** deverá adjudicar as intervenções mencionadas nas alíneas b) e c) da Cláusula 1.^a a empreiteiros titulares de alvará com as necessárias autorizações para a execução dos trabalhos que integram o objeto do presente protocolo, ficando a sua escolha sujeita a prévia comunicação à **IP**.
10. Sem prejuízo da fiscalização das obras mencionadas nas alíneas b) e c) da Cláusula 1.^a por parte do **MM**, a **IP** acompanhará a sua realização, obrigando-se o **MM** a fazer constar do contrato que celebrar com o empreiteiro a obrigação de este respeitar e acatar as ordens, instruções e orientações que lhe forem transmitidas pela **IP**, sem que daí possa resultar qualquer custo ou responsabilidade para esta.
11. O **MM** deverá empregar, na execução das obras mencionadas nas alíneas b) e c) da Cláusula 1.^a, materiais de boa qualidade e proceder à sua execução de acordo com as regras da boa arte.
12. É obrigação do **MM** a manutenção em funcionamento todos os serviços afetados públicos ou privados, durante a realização das obras mencionadas nas alíneas b) e c) da Cláusula 1.^a.
13. Com a receção provisória da obra será obrigatoriamente realizada a transferência



22. Com o termo da edificação da iluminação pública, vistoriadas de forma bem sucedida as respectivas infraestruturas, com a celebração do presente Protocolo, o **MM** passará a suportar os encargos decorrentes dos consumos elétricos, e solicitar à EDP, na qualidade de sua concessionária, o cumprimento das suas obrigações no domínio da manutenção e exploração, preventiva e curativa, das visadas instalações elétricas.
23. Toda e qualquer intervenção a efetuar pelo **MM** ou pela EDP, deve ser precedida de comunicação prévia à **IP**, com o objetivo de que o **MM** ou a EDP implementem todas as medidas no terreno visando a garantia da segurança da circulação.

Cláusula 3.^a

(Obrigações da **IP**)

1. A **IP** responsabiliza-se pela responsabiliza-se pela aprovação dos projetos relativos às obras mencionadas na Cláusula 1.^a, incluindo os de integração paisagística e de iluminação pública, desenvolvidos pelo **MM**.
2. A **IP**, ou outra entidade por si designada nos termos da lei, será responsável pela execução da obra mencionada na alínea a) da Cláusula 1.^a, competindo-lhe gerir, executar e fiscalizar a mesma, desde o concurso até à sua conclusão, cabendo-lhe igualmente a responsabilidade pela execução material, financeira e contabilística, sem prejuízo das obrigações do **MM** referidas na Cláusula 2.^a, em matéria de integração paisagística e de iluminação pública.
3. A **IP** manterá no seu Plano de Proximidade 2015-2019, a obra correspondente no número anterior.
4. Caberá à **IP** autorizar o início dos trabalhos relativos às intervenções mencionadas nas alíneas b) e c) da Cláusula 1.^a.
3. A **IP** acompanhará, obrigatoriamente, a receção provisória e a receção definitiva das obras identificadas nas alíneas b) e c) da Cláusula 1.^a, assinando os respetivos autos, devendo ser notificada previamente da sua realização, com uma antecedência mínima de 5 dias, sendo que a receção provisória ou definitiva apenas poderá ser realizada mediante a confirmação da **IP** de que as obras se encontram em condições de ser rececionadas.
4. Nos termos do presente protocolo, a área abrangida pela execução das intervenções mencionadas na Cláusula 1.^a manter-se-á na jurisdição da **IP**, cabendo-lhe toda e qualquer responsabilidade em matéria de licenciamento.



2. Os litígios que possam surgir em matéria de aplicação, interpretação ou integração das regras estabelecidas no presente Protocolo e que não possam ser resolvidos por acordo, serão dirimidos no Tribunal Administrativo e Fiscal de Almada, com expressa renúncia a qualquer outro.
3. Qualquer emenda, alteração ou aditamento ao presente Protocolo só será válida e eficaz se constar do documento assinado pela **IP** e pelo **MM**, com expressa referência ao mesmo, com indicação clara, se for caso disso, das cláusulas emendadas ou alteradas e do texto das novas.
4. A **IP** e o **MM** agirão em conformidade e segundo os princípios estabelecidos neste Protocolo, sempre que qualquer questão em conexão com o mesmo não se encontre expressamente prevista ou regulamentada.

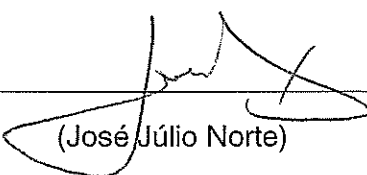
Mortágua, 11 de Setembro de 2015

O Presidente do Conselho de Administração Executivo da IP - Infraestruturas de
Portugal, S.A.,



(António Ramalho)

O Presidente da Câmara Municipal de Mortágua



(José Júlio Norte)



DESIGNAÇÃO: Protocolo entre a IP e o Município de Mortágua

DISTRITO: Viseu

CONCELHO: Mortágua

SISTEMA DE COORDENADAS: Elipsóide GRS80 - Projeção Transversa de Mercator - Datum ETRS89

LEGENDA



Local da Intervenção



EN234
x= -6904 ; y= 81230



EN228 ao km 76+165
x= -6005 ; y= -80431



EN228 ao km 78+000
x= -5263 ; y= 78859

DATA: 08/09/2015

[Handwritten signature]